

LUKÁCS: TRABALHO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

1. Marx e a centralidade do trabalho

Que o trabalho tenha uma posição central no pensamento de Marx parece-nos indiscutível, embora isso não seja, de modo nenhum, consensual entre os próprios marxistas.

Não é nossa intenção examinar, aqui, os argumentos daqueles que discordam da afirmativa acima. O que nos importa, aqui, num primeiro momento, é esclarecer os vários significados da centralidade do trabalho no pensamento de Marx. Importa-nos enfatizar, ao mesmo tempo, a importância que essa questão tem para a compreensão da natureza do pensamento marxiano e o seu significado para a luta da classe trabalhadora. Mas, também queremos aludir às profundas alterações que essa idéia sofreu ao longo do processo histórico, quando a centralidade do trabalho foi substituída pela centralidade da política, com enormes e nocivas conseqüências para a luta dos trabalhadores. Em um segundo momento, queremos mostrar como Lukács resgatou, e em que sentido, essa idéia da centralidade do trabalho, a importância desse resgate, e como ele mesmo, por uma série de circunstâncias teóricas e práticas, ao referir-se à revolução soviética e a outras revoluções chamadas de socialistas, não conseguiu tirar as conseqüências dessa sua importantíssima redescoberta, recaindo, ele mesmo, na centralidade da política.

Entrando *in medias res*. Tanto nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, quanto n' *A Ideologia Alemã* e n' *O Capital*, portanto em obras da juventude e em obras da maturidade, Marx faz referência ao trabalho como a categoria que dá origem a um novo tipo de ser que é o ser social. Três citações apenas para ilustrar essa afirmação. Nos *Manuscritos* Marx diz o seguinte (2004, p. 84):

Pois primeiramente o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva mesma aparece ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida em engendrador de vida. No modo da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma species, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem.

Fica claro, aqui, que o trabalho é a atividade essencial na produção do humano.

Por sua vez, n' *A Ideologia Alemã* (1984, p. 26) temos a conhecidíssima afirmação de que o ponto de partida da concepção materialista da história “*São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já*

encontradas, como as produzidas por sua própria ação”. E mais adiante enfatizam eles (Marx e Engels) (1984. p. 39) que, diferentemente dos alemães (idealistas),

somos forçados a começar constatando que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história...

E em *O Capital* temos aquela célebre passagem em que Marx define o que é trabalho em geral. Nas palavras dele (1975, p. 202):

...o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. (...) Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. (,, Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas, o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.

Estas poucas, mas importantíssimas passagens parecem não deixar dúvida de que o trabalho é a categoria fundante do ser social.

Nenhuma dessas afirmações se refere a alguma forma concreta de trabalho. Todas elas fazem referência aos elementos essenciais e universais do trabalho. Ao trabalho que, como produtor de valores de uso será uma necessidade eterna da humanidade. Da natureza essencial do trabalho emerge, pois, o fato de que ele é a única categoria que tem por função social transformar a natureza para criar os bens materiais necessários à existência humana. Com isso ele se constitui no fundamento ontológico do ser social. Além disso, por ser também uma necessidade insuprimível da vida humana, ele permanecerá sempre, em alguma forma concreta, como o fundamento de qualquer forma de sociabilidade.

Dessa constatação segue-se, como conseqüência, que o trabalho é a raiz do ser social e que, portanto, toda transformação radical da sociedade pressupõe, necessariamente, uma alteração essencial na natureza dessa atividade.

Vale enfatizar, para cortar o passo às freqüentes acusações de determinismo econômico, que fundamento ontológico não significa causa única nem relação mecânica. Como já acentuamos em outros escritos, entre o trabalho e as outras dimensões da atividade humana existe uma relação de dependência ontológica destas em relação àquele, mas também de autonomia relativa delas e uma relação de dependência recíproca entre todas elas, aí incluindo o trabalho.

Mas, para Marx, o trabalho não tinha apenas uma centralidade no sentido ontológico. Na sua forma concreta, na sociedade capitalista, ele também tem uma centralidade política no sentido de que cabe à classe operária, exatamente por ser ela a produtora da riqueza material, a tarefa de liderar a transformação radical da sociedade. É apenas ela que se confronta direta e essencialmente com o capital, pois é apenas ela que produz, ao mesmo tempo, a riqueza material e a mais-valia que se transformará em capital. Ora, esta centralidade política implica, por óbvio, tarefas políticas, isto é, o embate contra o poder do Estado burguês com o fim de destruí-lo, já que ele é um dos elementos fundamentais que asseguram a dominação do capital sobre o trabalho. É por isto que Marx afirma que a revolução proletária tem que ter uma dimensão política.

Mas, há uma outra questão importantíssima, fortemente enfatizada por Marx. Refere-se ao fato de que o trabalho também deve ser o norteador do processo revolucionário de superação do capitalismo. Isto significa que a questão decisiva, embora de modo nenhum única, para que haja uma revolução de caráter socialista é uma transformação radical na natureza do trabalho. Esta idéia já é afirmada por Marx nas *Glosas Críticas*, de 1844, quando enfatiza que todas as revoluções realizadas até então foram “*revoluções sociais com alma política*” e que a revolução proletária será necessariamente uma “*revolução política com alma social*”, ficando claro que, para ele, alma social se refere à categoria fundante da sociedade que é o trabalho. Conclui, então, que há uma relação íntima entres estes dois momentos, o momento político e o momento social, mas a prioridade ontológica pertence ao segundo. Nas suas palavras:

A revolução em geral a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações – é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade desse ato político na medida em que tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político (1995, p. 90-91).

Na *Guerra civil em França*, portanto um texto que tem como base uma experiência concreta, ele enfatiza a mesma relação entre momento político e momento social. Referindo-se à Comuna ele diz (1971, p. 99) que esta é *...a forma política finalmente encontrada que permitia realizar a emancipação econômica do trabalho*. E continua (idem, ibidem):

Sem esta última condição, a constituição comunal teria sido uma impossibilidade e um engodo. O domínio político do produtor não pode coexistir com a eternização da sua escravidão social. A Comuna(e não o Estado, I. T.) devia pois servir de alavanca pra

extirpar as bases econômicas sobre as quais se funda a existência das classes. Logo, o domínio de classe. Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se torna um trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser o atributo de uma classe.

Esta nova forma de trabalho Marx a chama de trabalho associado, ou de livre associação dos trabalhadores livres. Mas, deve ser enfatizado que, para Marx, trabalho associado se caracteriza pelo controle livre, consciente, coletivo e universal dos produtores sobre o processo de produção. Esta forma de trabalho é a base imprescindível da emancipação humana, do comunismo.

Ora, o trabalho associado pressupõe, necessariamente, uma capacidade de produzir riqueza em abundância. É o que Marx e Engels deixam claro n' *A Ideologia Alemã*, quando afirmam que um alto desenvolvimento das forças produtivas é condição absolutamente indispensável para uma revolução comunista. Não só porque ele possibilita a produção abundante de riqueza, capaz de atender as necessidades de todos, mas também porque só assim os indivíduos se tornarão efetivamente universais, vale dizer, adequados a esse novo modo de produção.

Os autores dessa obra são enfáticos quanto a isso. Sem um alto desenvolvimento das forças produtivas, *...apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a carência, recomeçaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria restabelecida* (1984, p. 50).

Deste modo, de acordo com Marx, o alto desenvolvimento das forças produtivas é ponto de partida, pré-condição para uma revolução de caráter socialista. Não comunista, mas apenas socialista, isto é, que inaugure o período de transição entre o capitalismo e o comunismo. O que significa que esta base material apropriada não pode, de modo nenhum, ser desenvolvida “de modo socialista”. Como se sabe, o desenvolvimento rápido e em grande escala das forças produtivas, em situação de atraso, só pode se realizar com base em uma intensa exploração da classe trabalhadora. Ou seja, não pode, de modo nenhum, caminhar no sentido da supressão da exploração do homem pelo homem, mas sempre no sentido da sua continuidade.

Quanto ao trabalho associado como fundamento da forma mais elevada possível da liberdade humana, encontramos também essa ênfase numa passagem importante de *O Capital*. Nela Marx se refere ao fato de que a verdadeira liberdade humana se situa para além do trabalho, mesmo em sua forma mais digna. Esta forma mais digna significa que

...o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força

cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana (1974, p. 942).

É óbvio que esse tipo de trabalho só poderá existir com base em um grande desenvolvimento das forças produtivas, pois supõe que a riqueza será produzida em um tempo muito reduzido, o que liberaria um enorme tempo livre onde a plena explicitação das potencialidades humanas poderia florescer.

Esta citação também deixa muito claro que há uma articulação indissolúvel entre trabalho associado e liberdade plena. Estes dois momentos compõem uma totalidade. Ainda que, na processualidade concreta, trabalho e outras atividades não caminhem todas no mesmo ritmo, não resta dúvida que é impossível o desenvolvimento de uma delas – no caso o trabalho – no sentido do socialismo sem que as outras também se orientem nesse sentido. Ritmos diferentes, sim; oposição, não.

Poderíamos concluir apenas com mais uma passagem muito significativa d'*A Ideologia Alemã* que mostra claramente a arquitetura geral da realidade social, segundo os autores. Dizem eles (1984, p. 55): *Esta concepção de história consiste, pois, em expor o processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata; e em conceber a forma de intercâmbio conectada a este modo de produção e por ele engendrada (...) como o fundamento de toda a história...*

É significativo o fato de que eles mesmos (Marx e Engels) julgavam que a revolução socialista já era possível em 1848 porque entendiam que o desenvolvimento das forças produtivas já tinha alcançado, através do capitalismo, um patamar capaz de produzir riqueza em abundância para todos e que o capitalismo tinha atingido limites para além dos quais as relações de produção se tornariam um entrave para o desenvolvimento daquelas forças. É sabido que Engels, no prefácio à edição de 1895 de *As lutas de classes na França*, reconheceu o erro a esse respeito. Mas, isso deixava ainda mais clara a idéia de que um alto desenvolvimento das forças produtivas era condição imprescindível para que a revolução fosse possível.

1. Os caminhos da história

O processo histórico tomou caminhos contrários àqueles preconizados por Marx e Engels. De um lado mudou o eixo da revolução ao ser atribuído ao Estado – seja sob a forma de Estado social-democrata, seja sob a forma de Estado “proletário” – o papel de pólo regente do processo revolucionário. De outro lado pareceu dar suporte à idéia de que era possível construir o socialismo sem aquele desenvolvimento prévio das

forças produtivas. O caminho trilhado pela social-democracia alemã passou, mais tarde, a se transformar no “caminho democrático para o socialismo”, enquanto o caminho revolucionário seguido pela revolução soviética se tornou o modelo para todas as outras tentativas não democráticas.

Em ambos os casos, e por um conjunto de circunstâncias históricas, a regência do processo de transformação da sociedade em direção ao socialismo foi entregue às mãos do Estado e não às mãos da classe operária. Poder-se-ia alegar que em ambos os casos, mas especialmente no caso da revolução soviética, o Estado teria um caráter proletário, ou seja, ele seria um instrumento nas mãos da classe trabalhadora e com isso a regência do processo estaria nas mãos dela. Para deixar clara a não identidade dessas duas “mãos”, é preciso esclarecer o que significa estar nas mãos da classe trabalhadora. E, além disso, também seria necessário deixar claro qual o significado de Estado no período de transição do capitalismo ao comunismo.

Quanto ao significado de “estar nas mãos da classe trabalhadora”, trata-se do controle operário da produção. Esse controle foi entendido de duas formas, que muitas vezes estiveram conectadas. Uma: o planejamento centralizado da produção pelo Estado, que, supostamente, seria o Estado proletário. Outra: a ocupação das fábricas pelos trabalhadores, que gerenciariam o processo de produção.

Porém, como vimos, para Marx a regência da produção pela classe trabalhadora tem um significado totalmente diferente. Em primeiro lugar tem como pressuposto, absolutamente incontornável, um alto desenvolvimento das forças produtivas, capaz de produzir riqueza em abundância, em quantidade e qualidade necessárias ao atendimento das reais necessidades humanas. Em segundo lugar, a entrada em cena do trabalho associado, isto é, a colocação em conjunto das forças de todos os trabalhadores e o seu controle consciente, livre, coletivo e universal.

É evidente que a conjugação desses dois elementos: alto desenvolvimento tecnológico e soma das forças de todos implicará, necessariamente, a redução do tempo de trabalho necessário com o conseqüente aumento do tempo livre. Por outro lado, o trabalho associado implicará, também, necessariamente, uma mudança radical tanto no processo de produção como no caráter dela. Do ponto de vista do processo significará a supressão da hierarquia, que é exatamente o meio de controle do capital sobre o trabalho e o estabelecimento de uma forma de trabalho que esteja de acordo com as exigências humanas. Do ponto de vista do caráter, significará uma produção voltada para o valor de uso e não para o valor de troca. E como valor de uso significa atendimento das

necessidades humanas, isso implicará a mudança tanto no sentido do que é produzido, quanto da quantidade e da qualidade.

Quanto à questão do Estado, seria necessário examinar qual a origem, a natureza e a função social dele do ponto de vista de Marx, para entender qual o significado que essa categoria tem no processo de transição do capitalismo ao comunismo.

Na impossibilidade de desenvolver isso amplamente, faremos alusão apenas ao que nos parece ser essencial. Como se sabe, origem, natureza e função social do Estado estão ligadas à existência e à manutenção da propriedade privada. Por isso mesmo ele sempre assume a forma de algo separado e acima da sociedade. No caso do período de transição, trata-se de um momento em que o Estado (burguês) é destruído não para construir um outro Estado, mas para transferir o poder para “o proletariado organizado como classe dominante”. O próprio Lenin, em *O Estado e a Revolução*, que, como se sabe, foi escrito antes da revolução, acentua esse caráter de não-Estado desse poder. Afirma ele, com as palavras de Engels, que a esse poder já não se deveria chamar de Estado, mas de “*gemeinwesen*”, ou “*commune*”, pois “*A Comuna já não era um Estado, no sentido rigoroso da palavra*” (LENIN, V.I. 1978, p. 81-82).

É fácil entender que o pressuposto da doutrina de Marx e Engels acerca do definhamento do “Estado proletário” era a entrada em cena do trabalho associado. Sem essa condição não faria sentido falar em definhamento do Estado porque sem ela não desapareceriam as bases materiais que sustentam a existência dele. Com essa condição, o poder que estaria nas mãos da maioria organizada após a quebra do Estado burguês já não seria um poder separado e acima da sociedade para manter a dominação de uma classe sobre outra, mas apenas para permitir o aprofundamento da transformação radical da economia. Trata-se, então, do poder da maioria trabalhadora organizada para permitir o avanço da socialização e impedir o retorno da propriedade privada. Comentando a afirmação de Engels, diz Lenin (1978, p. 82):

A Comuna deixava de ser um Estado, pois que não tinha mais a oprimir a maioria da população, mas sim uma minoria (os exploradores); quebrara a máquina do Estado burguesa, já não era uma força especial de opressão, era o próprio povo que entrava em cena. Tudo isto já não corresponde à definição de Estado no sentido literal da palavra”.

A decorrência necessária dessa relação de dependência ontológica da política em relação à economia é que é impossível existir aquela forma de “Estado” chamada

“Comuna”, isto é, um Estado em extinção se não estiver em andamento aquela transformação radical no processo de produção da riqueza material. A falta dessa transformação levará fatalmente à continuidade e ao reforço da exploração da classe trabalhadora e, por isso mesmo, à estruturação do Estado como um instrumento típico de manutenção dessa exploração. Chamá-lo de Estado proletário ou de Estado proletário com deformações burocráticas em nada vai alterar a essência dele de instrumento de manutenção da exploração da classe trabalhadora.

A nosso ver, os equívocos todos brotaram de uma idéia economicista das transformações do processo produtivo e de uma compreensão politicista do processo revolucionário em geral.

Do ponto de vista econômico julgava-se que a supressão (jurídica e política) da propriedade privada, a estatização dos meios de produção e o planejamento centralizado da economia estariam criando as bases materiais do socialismo. E isso, mesmo na ausência de um alto desenvolvimento das forças produtivas.

Do ponto de vista do conjunto do processo revolucionário, tanto durante todo o seu desenrolar quanto nas críticas que posteriormente foram feitas, o foco sempre foi a dimensão política, a falta de “socialização” do poder político. Em síntese: está pressuposto que se tivesse sido incentivada uma participação mais ativa das massas o processo todo caminharia no sentido do comunismo.

Inverte-se, deste modo, aquela relação de dependência ontológica da política em relação à economia. Em vez de ser a economia a estabelecer o campo dentro do qual se expressa a luta política, é a política que estabelece os rumos da economia.

Quando se fala em dependência ontológica, não vai nisso nenhum economicismo porque não se está afirmando que a política é uma expressão mecânica da economia. O que se está dizendo é que entre economia e política há uma relação de dependência ontológica e de autonomia relativa da segunda em relação à primeira e, ao mesmo tempo, de determinação recíproca entre as duas. Isso significa que a economia estabelece um campo, que fixa certos limites, embora nunca absolutamente rígidos, dentro dos quais se dão os embates políticos. Limites esses que não podem ser ultrapassados por nenhuma determinação da vontade. Os exemplos históricos disto são em quantidade suficiente para não restar nenhuma dúvida.

2. Lukács e resgate da centralidade do trabalho

A fortuna do pensamento de Marx foi extremamente complexa. Interpretações diversas, cortes, confusões, mal-entendidos, deformações, reducionismos, dogmatismos. Tudo isso no fragor da luta social e das dificuldades impostas pela própria obra desse pensador.

No entanto, a questão fundamental é o fato de Marx ter lançado as bases de uma forma radicalmente nova de entender o mundo. Por sua vez, esta forma nova surgia quando a perspectiva da subjetividade (gnosiológica), construída na modernidade, estava firmemente estabelecida. Entre outras coisas, esta perspectiva afirmava o primado da subjetividade sobre a objetividade no processo de conhecimento e a não-historicidade radical da realidade social ao partir de um indivíduo naturalmente egoísta.

Os fundamentos de uma compreensão radicalmente nova de mundo deveriam ser inteiramente opostos àquela perspectiva. Criá-los foi uma tarefa hercúlea, complexa, cheia de tateios, de avanços e recuos, de correções e de mudanças. Compreendê-los, mesmo por aqueles que lhe eram favoráveis, mas que estavam impregnados da perspectiva da subjetividade, não foi nada fácil. E pode-se dizer que a maioria das interpretações, certamente com enormes diferenças, e sem deixar de, às vezes, apreender elementos importantes, passou ao largo ou tomou caminhos contrários a essa imposição radicalmente nova.

O que caracterizava a radical novidade do pensamento de Marx? A nosso ver, a demonstração da historicidade e socialidade radicais do ser social, bem como a correta articulação entre subjetividade e objetividade.

Somente isso poderia fundamentar a possibilidade, e não apenas o desejo, da superação do capitalismo e da instauração de uma sociedade comunista, uma vez que permitia demonstrar que a história, em sua integralidade, é feita pelos próprios homens.

Ora, esta demonstração implicava a resposta à pergunta: o que é o ser social? Todo o mais depende da resposta a essa questão. Ao buscar a resposta a esta pergunta na realidade objetiva e não em alguma definição subjetiva, Marx conferiu ao seu pensamento um caráter ontológico, pois concedia o primado à objetividade, ao ser e não a alguma elaboração meramente racional. Por sua vez, o caráter da resposta deixava claro que não se tratava de uma ontologia de corte metafísico, mas de talhe inteiramente histórico e social.

Levado por este impulso ontológico, constatou ele que o ponto de partida – real, objetivo, empiricamente verificável, – “*São os indivíduos reais, suas ações e suas condições materiais de vida...*”(1984, 26) e que o primeiro e fundamental ato desses

indivíduos, para poderem existir e continuar a existir, é o trabalho, vale dizer, a transformação da natureza para a criação da riqueza material. Mas, também constatou que esses indivíduos não só transformam a natureza, mas ao mesmo tempo se transformam a si próprios.

Ora, o ato do trabalho, como ele mesmo afirma n' *O Capital*, é uma síntese de subjetividade e objetividade. Isto significa que a subjetividade não é, de modo algum, mera emanção fenomênica da realidade objetiva, mas que estes dois elementos tem, no plano do ser, o mesmo estatuto. Deste modo, a realidade social, em qualquer forma que ela se apresente, só pode ser adequadamente compreendida se for entendida como resultado do concreto processo social de articulação entre subjetividade e objetividade.

Da análise da natureza do trabalho decorre, pois, que o ser social é radicalmente histórico e radicalmente social e que a práxis, a articulação entre subjetividade e objetividade é a categoria que o define.

Estava, deste modo, fundamentada a possibilidade da revolução e da superação do capitalismo, pois, se a história é feita pelos próprios homens, nada há, em princípio, que os impeça de suprimir esta forma de sociabilidade e construir outra. Mas, também estava demonstrado que qualquer forma de sociabilidade é sempre o resultado da interrelação entre subjetividade e objetividade e que, portanto, uma sociedade comunista pressupõe, necessariamente, uma base material, objetiva, adequada.

Ora, foi exatamente esta imposição ontológica marxiana que não foi entendida ou foi se perdendo ao longo da trajetória teórico-prática do pensamento de Marx. Das formas as mais variadas, a maioria das interpretações continuou a tender ora para o lado da subjetividade ora para o lado da objetividade ou justapondo esses dois momentos sem encontrar a justa articulação.

A interpretação dominante até o surgimento do chamado marxismo-leninismo – a da Segunda Internacional – é exatamente uma justaposição de idealismo e objetivismo. O chamado marxismo-leninismo levou esta deformação às últimas conseqüências. Por sua vez, o chamado marxismo ocidental, que pretendeu se opor àquelas deformações, também tem uma postura claramente contrária a essa imposição ontológica marxiana. Para não falar da vertente althusseriana, que tem um caráter visceralmente anti-ontológico.

O resultado do desconhecimento dessa imposição ontológica foi a perda do caráter radicalmente crítico e revolucionário do pensamento de Marx e com isso a incapacidade de fundamentar adequadamente a possibilidade da revolução.

Foi a descoberta das chamadas obras de juventude de Marx, especialmente dos *Manuscritos de Paris*, mas também d'*A Questão Judaica* e da *Ideologia Alemã*, que permitiram a Lukács perceber que a novidade radical da elaboração marxiana estava precisamente na sua impostação ontológica, embora de cunho claramente histórico e social.

3. A posição lukacsiana face à revolução soviética

Não é, obviamente, nossa intenção, fazer uma ampla exposição sobre a relação teórica e prática de Lukács com a revolução soviética. É um assunto extremamente vasto e complexo e inteiramente fora da nossa competência.

Nosso objetivo será apenas o de expor, sem nem sequer buscar entender mais profundamente, a posição de Lukács com referência ao processo revolucionário que se desenrolou na Rússia. E mostrar como ele não conseguiu tirar as conseqüências da sua redescoberta do trabalho como categoria fundante do ser social, passando a atribuir à política a direção do processo revolucionário.

Sabe-se que a relação de Lukács com a revolução soviética e com os partidos comunistas foi bastante atribulada. E que, apesar de todas as atribulações, nunca abandonou sua adesão clara ao socialismo. No entanto, essa adesão não era apenas ao socialismo em geral, mas ao que ele entendia ser a sua expressão concreta: o caminho trilhado pela revolução soviética. E, na revolução soviética, à direção do partido de tipo bolchevique e especialmente à orientação teórica e prática expressa por Lenin.

É inegável que Lenin exerceu uma poderosa influência sobre Lukács. Isso é admitido expressamente pelo próprio Lukács. Mas, essa admitida influência derivava do fato de que Lukács via em Lenin o continuador e renovador do pensamento de Marx e Engels.

O texto que servirá de base à nossa argumentação será o livro *Socialismo e democratização*. Esse livro foi o resultado dos esforços de Lukács, na sequência dos turbulentos acontecimentos de 1956, na Hungria, e de 1968, na Tchecoslováquia. Seu objetivo é encontrar um *tertium* entre o burocratismo repressivo soviético e o tipo de democratização, que ele reputava burguês, em curso na Tchecoslováquia.

Esse texto começou a ser escrito em 1968 e foi entregue ao PC húngaro, mas, por uma série de circunstâncias, só foi publicado em 1985, em alemão, e em 1987, em italiano.

Qual é, em resumo a posição de Lukács? Seu pressuposto é de que a revolução soviética foi uma revolução socialista mas uma revolução que não seguiu o caminho clássico preconizado por Marx e Engels. Como se sabe, esse caminho clássico teria como seu ponto de partida os países capitalistas mais desenvolvidos onde houvesse, de fato, um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Ao contrário disso, a revolução soviética se realizou em um país muito atrasado, inaugurando o que se pensou ser um caminho inteiramente novo. Esta revolução, ao contrário do pretendido por Lenin, teve seu evoluir travado por um processo de burocratização que impediu a instauração de uma verdadeira democracia da vida cotidiana. Por outro lado, o processo de democratização em curso na Tchecoslováquia tomava um caminho de caráter burguês. Lukács propõe, então, um *tertium* que, segundo ele, só poderia ser a *democracia socialista*. Por sua vez, essa democracia tinha como modelo aqueles grandes movimentos de massas que sempre acompanharam as revoluções socialistas. E Lukács se refere expressamente aos conselhos, surgidos nas revoluções de 1871, 1905 e 1917. Segundo ele (2008, p. 168-169),

“...este movimento soviético (...) tinha por objetivo organizar de modo racional, de modo adequado aos interesses elementares da classe trabalhadora, aos problemas reais da sua vida, desde a cotidianidade das questões da empresa, da casa etc. até os grandes problemas da sociedade em seu conjunto ...

Lukács não pensa que seja necessário fazer uma revolução, pois essa, do ponto de vista econômico – que é o fundamental – teve avanços significativos, apenas é preciso resgatar a democratização tal como já foi praticada em outros momentos.

É interessante notar a relação que ele faz entre a economia e as outras dimensões. Ele diz que não basta socializar os meios de produção. Este processo, por si só, não é capaz de replasmear a forma do trabalho e a vida cotidiana. Seria necessário guiar conscientemente esse processo no sentido de fazer surgir nele qualidades e relações propriamente humanas.

Parece-nos que o equívoco de Lukács é total e abrangente. O ponto de partida é o entendimento da socialização dos meios de produção como sendo igual a estatização, supressão jurídico-política da propriedade privada e planejamento centralizado da economia. Observando a realidade prática ele conclui que a socialização, por si só, não muda a totalidade da vida. Por isso, diz ele, é preciso a intervenção de uma orientação teleológica que não é própria do processo econômico. Deste modo, sua defesa da democratização está fundada num pressuposto falso.

Sua conclusão, portanto, está fundada no equívoco do seu entendimento do que é socialização dos meios de produção.

Como vimos acima, para Marx isso significa a entrada em cena do trabalho associado. E trabalho associado significa, necessariamente, o controle livre, consciente, coletivo e universal dos produtores sobre o processo de produção. Ora, essa mudança radical na forma do trabalho implica, imprescindivelmente e ao mesmo tempo, embora em ritmos diferentes, uma mudança em todos os aspectos da vida social. Socialização efetiva da economia e socialização da vida cotidiana são dois momentos que se determinam reciprocamente e que não podem se realizar de modo independente. Não faz o menor sentido, na perspectiva marxiana, imaginar que a economia possa estar trilhando o caminho do socialismo e o restante da vida social, não. Não se trata de causalidade mecânica. Trata-se de determinação recíproca, com a prioridade da economia.

Daí se segue também uma identificação totalmente equivocada do sujeito da democratização. Segundo ele, o sujeito seria a Opinião Pública, constituída pela população em geral, que está reprimida mas, que, por baixo dessa repressão, faz ouvir as suas constantes reclamações. Essa população precisa ser despertada para uma ação mais significativa e coletiva e esse despertar cabe aos “verdadeiros marxistas”, aqueles que não perderam o espírito dos anos revolucionários.

A nosso ver, portanto, o equívoco de Lukács tem seu cerne na definição do fundamento do socialismo. E nesta definição ele segue de perto seu mestre, Lenin.

Em *O Estado e a Revolução*, Lenin afirma que a questão essencial é a “...transformação da propriedade privada capitalista dos meios de produção em propriedade social”(1987, p. 89).

Mas, em que consiste a propriedade social naquele momento? Consiste em eliminar os capitalistas, organizar a produção nos moldes do correio alemão. Diz ele (1987, p. 94): *Organizemos a grande produção, nós mesmos, os operários partindo do que já tenha sido criado pelo capitalismo, baseando-nos em nossa própria experiência de trabalho, estabelecendo uma disciplina rigorosíssima, férrea, mantida pelo poder estatal dos operários armados; (...)*.

Lenin, assim como Lukács, sabia que o comunismo exige um grande desenvolvimento das forças produtivas. Também sabia que isso não existia na Rússia. Tratava-se, pois, de construir as bases materiais do comunismo durante a fase de transição chamada de socialismo. Lenin lamentava o fato de que a revolução tinha

tomado um caminho não previsto por Marx e Engels e que, portanto, eles (os revolucionários soviéticos) teriam que resolver os problemas sem ter nenhuma indicação daqueles dois autores. Lukács concorda inteiramente com ele. Tratava-se, então, de prosseguir na revolução, mas por um caminho não-clássico.

Infelizmente, a estabilização do capitalismo isolou a revolução soviética, de modo que se tornou imperativa a concentração de todo o esforço no sentido de desenvolver as forças produtivas. O que fez com que a necessidade se transformasse em virtude, isso é, que o desenvolvimento econômico centrado na estatização dos meios de produção, no planejamento centralizado da economia e na supressão jurídico-política da propriedade privada fosse considerado como o caminho para a construção das bases materiais do comunismo.

Veja-se como se colocava o problema segundo Lukács (2008; 147): *No caso russo, punha-se em termos imperativos, e não alternativos, a necessidade de desenvolver as bases econômico-objetivas do socialismo, que ainda não existiam. A verdadeira alternativa histórica que então se colocava era a seguinte: seria possível (e de que modo) associar o desenvolvimento econômico (...) com a construção das condições sociais de uma democracia socialista; ou, ao contrário, tratava-se, em nome do mero progresso econômico, de colocar essa associação em segundo plano, ou mesmo de deixá-la inteiramente de lado?*

Segundo ele, Lenin procurou associar as duas coisas, ao passo que Stalin tomou o caminho do desenvolvimento econômico apenas.

Mesmo assim, segundo Lukács, foram construídas as bases materiais do comunismo. Por isso ele pode concluir, refutando os críticos burgueses, dizendo que

“... a União Soviética de hoje, apesar de todos os inegáveis problemas que apresenta em importantes setores da vida econômica, tornou-se uma grande potência econômica (...). E chegou a isso sem fazer nenhuma concessão no que se refere ao ponto central da economia socialista, ou seja, a socialização dos meios de produção (2008, p. 154-155).

E ainda afirmando que (...) *as sociedades socialistas atualmente existentes (...) liquidaram e impossibilitaram objetivamente qualquer exploração do homem pelo homem (...)* (2008, p. 180). E chega às raias do absurdo dizendo que *Duvidar do caráter objetivamente socialista do socialismo real (...) é manifestação de insensatez e não passa de calúnia burguesa (idem, ibidem).*

Como, porém, continua ele, a dimensão não econômica do socialismo, isto é, a democracia socialista, ficou atrofiada e deformada, (...) *a construção e o aperfeiçoamento da dimensão socialista subjetiva da sociedade continua a ser a grande*

tarefa do presente e do futuro para todos os que aceitam honestamente o socialismo como o único caminho para uma superação real das contradições do capitalismo (idem, ibidem).

Vale notar que estas afirmações foram feitas em 1968. Neste momento, Lukács já tinha à mão, desde muitos anos, os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, *A questão judaica*, *A Ideologia Alemã* e os *Grundrisse*, sem falar da sua familiaridade com todos os outros textos de Marx e Engels já publicados, especialmente *O Capital*. E nesse texto ele demonstra conhecer muito bem as idéias desses autores acerca dos fundamentos para a transição do capitalismo ao comunismo. Sabe que o comunismo exige uma base material altamente desenvolvida. Sabe que o “reino da liberdade” só pode ser construído a partir da base posta pelo “reino da necessidade”, isto é, da forma do trabalho mais digna possível da natureza humana, vale dizer, do trabalho associado. Mesmo assim afirma que, do ponto de vista econômico, a União Soviética e outros países ditos socialistas estariam avançando no caminho do socialismo e que teriam já extirpado a exploração do homem pelo homem!

Com o dissemos no início, não foi nosso objetivo buscar as causas dessa maneira de pensar de Lukács e nem desconhecer a complexidade da situação vivida por ele. O que nos interessava era apenas mostrar como Lukács, mesmo tendo sido um dos autores que mais contribuiu pra resgatar o trabalho com fundamento ontológico do ser social e, com isto, restituir ao pensamento de Marx o seu caráter radicalmente crítico e radicalmente revolucionário, não conseguiu extrair dele as conseqüências necessárias. Isto deixa claro que não basta afirmar o trabalho como categoria fundante do ser social. Nem sequer é suficiente defender a idéia de que a classe trabalhadora é o sujeito fundamental da revolução. É preciso ainda explicitar, do modo mais claro e firme, a centralidade do trabalho no processo revolucionário. Isso significa que, de qualquer modo que se realize concretamente, uma revolução comunista deve ser uma “revolução política com alma social”, vale dizer, sem prejuízo da atividade política, o verdadeiro e essencial norteamento do processo revolucionário tem que ser dado pelas transformações na atividade social fundante, que é o trabalho. Aquele controle livre, consciente, coletivo e universal do processo de produção pelos produtores, norteado pelas suas efetivas necessidades, é condições absolutamente indispensável para que a revolução caminhe no sentido do comunismo.

Não se trata, obviamente, de imaginar que essa transformação se daria da noite para o dia. Trata-se de deixar claro que, mesmo que de modo inicial e sempre

processual, o trabalho associado, na sua verdadeira expressão, tem que entrar em cena desde o início para nortear todo o processo revolucionário. Trata-se, também, de reafirmar, com toda força, aquilo que Marx e Engels já disseram em *A Ideologia Alemã* (1984, p. 50):

(...um alto grau de seu desenvolvimento (das forças produtivas) (...) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, sem ele, apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a carência, recomençaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria restabelecida...

Aqui ganha toda a sua força o entendimento da justa relação entre subjetividade e objetividade. Esta última não determina mecanicamente a primeira. Ela mesma é um campo que contém em si várias possibilidades. Quais delas se tornarão realidade dependerá da atuação da subjetividade. Porém, esta última, só pode escolher entre as possibilidades que estão contidas nesse campo. A escolha de qualquer outra resultará fatalmente em fracasso quanto aos objetivos pretendidos.

Esta última situação foi, a nosso ver, precisamente o que aconteceu na revolução soviética e em todas as outras tentativas semelhantes. A alternativa de uma revolução efetivamente socialista não se fazia presente, não importa qual fosse a direção. A realidade objetiva não comportava a entrada em cena do trabalho associado, ou seja, da alma do socialismo, independente de quaisquer esforços subjetivos. E isto confirma mais uma vez aquela afirmação de Marx (1971, p. 15): *Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas antes sob as condições diretamente herdadas e transmitidas pelo passado.*

Infelizmente sob o impacto da revolução soviética, realizada em um país atrasado, e dos seus desdobramentos, todo o debate acerca da revolução socialista foi açambarcado pelo seu aspecto político. E o próprio conteúdo social dela foi subsumido ao conteúdo político. Revolução passou a ser identificada com tomada do poder para, através dele, realizar as transformações nas várias dimensões sociais, inclusive na área da economia.

Referências bibliográficas

MARX, K. *A Questão Judaica*. São Paulo, Moraes, 1991.

_____, Glosas críticas ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano. In: *Praxis*, 1995, n, 5.

_____, *Manuscritos econômico-filosóficos*, São Paulo, Boitempo, 2004.

_____, *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Hucitec, 1984.

- _____, *As lutas de classes em França*. Lisboa, Avante, 1984.
- _____, *A guerra civil em França*. Pova de Varzim, s/e, 1971.
- _____, *O Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
- _____, *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Cortez, 1998.
- LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- LUKÁCS, G. *Ontologia dell'Essere Sociale*. Roma, Riuniti, 1981.
- _____, *Socialismo e democratização*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2008.
- TONET, I. *Sobre o socialismo*. Curitiba, HDLivros, 2002.
- _____, Socialismo: obstáculos a uma discussão. In: *Clio*, n.26.1, 2008.

Maceió, agosto de 2009